

JUCESP PROTOCOLO
0.898.466/14-3



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA INBRANDS S.A.

ENTRE

INBRANDS S.A.
COMO EMISSORA,

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO

DATADO DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

JUCESP
25 09 14

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA INBRANDS S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado:

INBRANDS S.A., sociedade por ações, com registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Rua Coronel Luis Barroso, 151, Bairro Santo Amaro, CEP 04750-030, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 09.054.385/0001-44, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.362.870, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definidas abaixo) da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Emissora, "Partes" e, individualmente, "Parte"),

vem, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Inbrands S.A.*" ("Emissão", "Debêntures" e "Escritura", respectivamente), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura é firmada pela Emissora com base nas seguintes deliberações aprovadas na Reunião de seu Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2014, nos termos do artigo 18, item (xiii) de seu Estatuto Social: (i) a aprovação da Emissão, bem como seus termos e condições, e da Oferta Restrita (conforme definida na Cláusula 2.1.3.1), pela Emissora, das Debêntures para distribuição pública, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedade por Ações; e (ii) a autorização expressa para que a Diretoria da Emissora pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à: (a) formalização, efetivação e administração das deliberações da Reunião de seu Conselho de Administração para a emissão das Debêntures, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão; (b) negociação dos vencimentos antecipados; (c) formalização e efetivação da contratação dos Coordenadores (conforme definidos na Cláusula 3.5.1), dos assessores legais e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, tais como escriturador mandatário, banco liquidante, CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações ("RCA



JUCESP
25 09 14

Emissora"); e (d) definição do *spread* final das Debêntures, observado o *spread* máximo definido pelo Conselho de Administração.

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 476 (conforme definida na Cláusula 2.1.3.1):

2.1.1. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA RCA EMISSORA

2.1.1.1. A ata da RCA Emissora de que trata a Cláusula 1.1 desta Escritura será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, bem como divulgada no sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE, no site www.cvm.gov.br), e na página da Emissora na rede internacional de computadores (www.inbrands.com.br).

2.1.2. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA NA JUCESP

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") deverão ser arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que 1 (uma) via original dos mesmos, devidamente arquivada na JUCESP, deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definidos na Cláusula 4.1.16.1) após o referido arquivamento na JUCESP.

2.1.3. REGISTRO NA CVM

2.1.3.1. A oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição das Debêntures ("Oferta Restrita") será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") estando, portanto, automaticamente dispensada do registro prévio de distribuição pública perante a CVM.

2.1.4. REGISTRO NA ANBIMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITALIS ("ANBIMA")

2.1.4.1. A Oferta Restrita será registrada exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" vigente desde 03 de fevereiro de 2014. Entretanto, tal registro está condicionado o cumprimento da obrigação à expedição de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até o encerramento da Oferta Restrita, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código.

2.1.5. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA ELETRÔNICA

2.1.5.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no

DUCESP
25 09 14

mercado secundário, por meio do CETIP21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados, após decorridos 90 (noventa) dias da Data de Integralização (conforme definido na cláusula 4.1.10.1 abaixo) ou data de aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme definido na Cláusula 3.5.3), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA RESTRITA

3.1. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1.1. A Emissora, de acordo com o artigo 3º de seu Estatuto Social, tem por objeto social: (i) a industrialização, comercialização, importação e exportação de roupas e acessórios do vestuário em geral, incluindo artigos esportivos, óculos, bolsas, chapéus e calçados de qualquer espécie; artigos de higiene, perfumaria, cosméticos, produtos aromáticos, artigos para iluminação, relógios, filmes e CDs, jornais, revistas e impressos, guarda-chuva, tendas, metais e pedras preciosas e suas ligas, joias, bijuterias, enfeites e ornamentos para festas e decorações em geral, produtos derivados do plástico, borrachas e similares, couros, peles e suas imitações, fios e tecidos em geral para tecelagem e uso comum, miudezas de armarinho em geral, jogos, brinquedos, artigos para fumantes, consultoria e assessoria, administração e representação; (ii) o licenciamento de marcas, próprias ou de terceiros; (iii) o desenvolvimento de coleções; (iv) a prestação de serviços de publicidade; (v) a promoção de "shows", produtos, jogos, eventos, exposições; (vi) a administração de bens e direitos comerciais próprios, como propriedade intelectual e/ou industrial de serviços, comércio e indústria; (vii) criação e administração de franquias próprias e/ou de terceiros; (viii) a representação por conta própria e/ou de terceiros dos produtos e serviços acima referenciados; (ix) ampliação de seus negócios e serviços de cartão de crédito e aplicação no mercado financeiro; (x) venda de produtos por meio de comércio eletrônico (e-commerce); (xi) fabricação, fornecimento e comercialização de mobiliários, bem como material de marketing e itens de imagem e som; e (xii) a participação, direta ou indireta, em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, bem como por meio de associação ou cooperação.

3.2. NÚMERO DA EMISSÃO

3.2.1. A presente Emissão constitui a 2ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

JUL 25 09 14

3.4. NÚMERO DE SÉRIES

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, nos termos e condições estabelecidos no "*Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Inbrands S.A.*" ("Contrato de Colocação").

3.5.2. Sem prejuízo do disposto acima, o plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, no âmbito da Emissão, os Coordenadores: (i) somente poderão procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 3.5.3); e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.


3.5.3. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item "iv" do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão ou adquirirão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4. Cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser objeto de registro perante a ANBIMA, nos termos da Cláusula 2.1.4.1 desta Escritura; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.5.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.5.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5



JUCESP
25 09 14

3.6. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO

3.6.1. Para fins da presente Emissão, o banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, CEP 03084-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e a instituição escrituradora das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escrutador Mandatário").

3.7. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.7.1. Os recursos captados pela Emissora por meio da presente Oferta Restrita serão destinados para o pré-pagamento de dívidas e refinanciamento do passivo de curto e longo prazo da Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

4.1.1. VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.1.2.1) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. DATA DE EMISSÃO

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 30 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES EMITIDAS

4.1.3.1. Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures para distribuição pública com esforços restritos.

4.1.4. NÚMERO DE SÉRIES

4.1.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

4.1.5. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

4.1.5.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 30 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definida na Cláusula 5.2.1) total, estabelecidas nas Cláusulas 6.1 e 5.2 desta Escritura, respectivamente. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula

JUL 2016
25 09 14

4.3.1.7) das Debêntures, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.3.1 desta Escritura, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.4.1), bem como de eventuais Encargos Moratórios (conforme definidos na Cláusula 4.7.1), conforme aplicável.

4.1.6. ESPÉCIE

4.1.6.1. As Debêntures são da espécie quirografária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não contarão com quaisquer garantias.

4.1.7. FORMA, TIPO E CONVERSIBILIDADE

4.1.7.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados ou cautelas.

4.1.8. COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.1.8.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, enquanto as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.9. PRAZO DE SUBSCRIÇÃO

4.1.9.1. As Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, durante o prazo de distribuição das Debêntures, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observados o Contrato de Colocação e o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.1.10. PREÇO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.1.10.1. O preço de integralização de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração desde a Data de Subscrição até a Data de Integralização, pagos à vista, em moeda corrente nacional. As Debêntures serão subscritas em uma única data ("Data de Subscrição"), sendo que sua integralização poderá ocorrer em data diversa e posterior à sua subscrição ("Data de Integralização"). Caso a Data de Integralização das Debêntures, parcial ou totalmente, ocorra em data diferente da Data de Subscrição, o preço de integralização será o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculado *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição até a referida Data de Integralização.

4.2. AMORTIZAÇÃO

4.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 02 (duas) parcelas anuais: (i) a primeira parcela no valor de 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures em 30 de setembro de 2016, e (ii) a última parcela correspondente ao saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização"), conforme tabela abaixo, ressalvadas as hipóteses de vencimento

2017 09 14

antecipado e de Oferta de Resgate Antecipado total, estabelecidas nas Cláusulas 6.1 e 5.2 desta Escritura, respectivamente.

Parcela	Valor	Data de Amortização
1ª	50% do Valor Nominal Unitário das Debêntures	30 de setembro de 2016
2ª	Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures	30 de setembro de 2017

4.3. REMUNERAÇÃO

4.3.1. As Debêntures não serão objeto de atualização monetária. As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa média diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de um spread de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Cláusula 4.3.1.6), até a Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das hipóteses de vencimento antecipado, ou ainda na hipótese de Oferta de Resgate Antecipado total, conforme aplicável) (“Remuneração”), de acordo com a fórmula especificada abaixo:

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = (Fator DI \times Fator Spread)$$

onde:

Fator DI = produtório dos fatores das Taxas DI-Over da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

2008
25 09 14

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

$\text{spread} = 2,3000$ (dois inteiros e trinta centésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

2

JUCESP
25 09 14

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.3.1.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, inclusive a Remuneração, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.3.1.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD (conforme definida na Cláusula 9.1.1), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação pela AGD de novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, a última Taxa DI divulgada.

4.3.1.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar antecipadamente, a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida desde a Data de Subscrição ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada última Taxa DI divulgada.

4.3.1.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia perderá seu escopo e não será mais realizada, e a nova Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente, a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

4.3.1.6. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia, inclusive, na Data de Subscrição e termina, exclusive, na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou, inclusive, na última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina, exclusive, na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior. Cada Período de

JUL 2015
25 09 14

Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.3.1.7. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, conforme previstas na Cláusula 4.2.1 desta Escritura.

4.3.1.8. Farão jus aos pagamentos relativos às Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento.

4.4. PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.4.1. O pagamento efetivo da Remuneração será feito em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, nos meses de março e setembro de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 30 de março de 2015 e o último na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração"). Os pagamentos serão feitos de acordo com a tabela abaixo:

Parcela	Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures
1ª	30 de março de 2015
2ª	30 de setembro de 2015
3ª	30 de março de 2016
4ª	30 de setembro de 2016
5ª	30 de março de 2017
6ª	30 de setembro de 2017

4.5. LOCAL DE PAGAMENTO E IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.5.1. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

4.6. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.6.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes desta Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de integralização, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura, "Dia Útil" significa: (i) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer pagamento que não seja realizado por meio da

JUL 25 14

CETIP, bem como com relação a outras obrigações previstas nesta Escritura, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.7. ENCARGOS MORATÓRIOS

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.8. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento de Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da Remuneração e/ou na Data de Amortização ou do comunicado.

4.9. REPACTUAÇÃO

4.9.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.10. PUBLICIDADE

4.10.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões a serem tomados em decorrência desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, exceto por aqueles atos, tais como convocações de AGDs, atas de AGDs, dentre outros, que devem ser obrigatoriamente publicados nos jornais nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, os quais nesta data correspondem ao DOESP e ao jornal "Valor Econômico", deverão ser obrigatoriamente divulgados sob forma de "Aviso aos Debenturistas" na (a) página da rede mundial de computadores: (i) da Emissora; (ii) da CETIP; (iii) da CVM; e (b) conforme aplicável, no portal de notícias na rede mundial de computadores utilizado pela Emissora para suas divulgações, nos termos de suas Políticas de Divulgação de Uso de Informações e Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação com Valores Mobiliários, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer divulgação na data da sua realização, sendo certo, ainda, que, caso a Emissora altere seus canais de divulgação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário a esse respeito. A divulgação de qualquer "Aviso aos Debenturistas" poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

DUCEBP
28 09 14

CLÁUSULA V AQUISIÇÃO FACULTATIVA E OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO

5.1. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1.1. É facultado à Emissora, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

5.1.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

5.2. OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO

5.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, que será endereçada a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será realizada em conformidade com o disposto nesta Cláusula:

5.2.1.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de divulgação de anúncio nos termos da Cláusula 4.10.1 desta Escritura, ou de comunicação individual aos Debenturistas, esta última com cópia para o Agente Fiduciário ("Aviso de Oferta de Resgate Antecipado"), com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta de resgate será da totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso, como o sorteio será coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55 §2º, da Lei das Sociedades Por Ações, observado o disposto na Cláusula 5.2.1.6 desta Escritura; (ii) o percentual a ser aplicado do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista à Emissora que aceitar aderir à Oferta de Resgate Antecipado; (iv) data efetiva para o resgate das Debêntures; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão dos Debenturistas.

5.2.1.2. Após a divulgação ou envio do Aviso de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar diretamente à Emissora, fora do âmbito da CETIP, no prazo disposto no Aviso de Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que os Debenturistas terão no mínimo 10 (dez) dias para se manifestar. Ao final desse prazo, a Emissora terá 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão resgatadas em uma única data. Fica definido que para as Debêntures custodiadas no CETIP, o resgate antecipado parcial ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração,

RECIBO
25 03 14

definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, sendo certo que o sorteio será coordenado pelo Agente Fiduciário. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.2.1.3. A Emissora poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Aviso de Oferta de Resgate Antecipado.

5.2.1.4. A Emissora deverá: (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar à CETIP, ao Escriturador Mandatário e ao Banco Liquidante a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado.

5.2.1.5. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido: (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de resgate antecipado, calculada nos termos da Cláusula 4.3.1 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

5.2.1.6. Caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Caso o sorteio não seja realizado presencialmente, os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do resgate antecipado, sobre o resultado do sorteio.

5.2.1.5. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.2.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.2. e 6.3. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora dos valores previstos na Cláusula 6.4 desta Escritura, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) não pagamento, pela Emissora, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias prevista nesta Escritura, nas datas aqui previstas, respeitado o prazo de cura de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que o pagamento se tornou devido

JULIAN
25 03 14

- (ii) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado em 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do respectivo inadimplemento, exceto quando houver prazo diverso expressamente definido na Escritura;
- (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou quaisquer controladas, que não relativa às Debêntures, no mercado local e/ou internacional, cujo valor principal individual seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o valor agregado dos principais seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou, em ambos os casos, seu equivalente em outras moedas, respeitado o prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que o pagamento se tornou devido;
- (iv) decretação do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou quaisquer controladas, que não relativa às Debêntures, no mercado local e/ou internacional, cujo valor principal individual ou agregado seja igual ou superior a R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (v) alienação, transferência, cessão ou constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre marcas de titularidade da Emissora ou suas controladas ou sobre quaisquer participações societárias, diretas ou indiretas, detidas pela Emissora nas controladas, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto se envolver a alienação, transferência, cessão ou constituição de quaisquer ônus ou gravames de marcas ou participações societárias que: (a) na data da ocorrência da primeira operação, em se tratando de apenas uma marca ou participação societária, seu Valor de Contribuição seja igual ou inferior ao Valor Máximo Permitido ou, em se tratando de duas ou mais marcas ou participações societárias, a Somatória do Valor de Contribuição de tais marcas ou participações societárias seja igual ou inferior ao Valor Máximo Permitido, ou (b) após uma série de operações, a Somatória dos Valores de Contribuição Atualizados seja igual ou inferior ao Valor Máximo Permitido;

Para fins desta Escritura:

"Valor Máximo Permitido" significa o valor em Reais equivalente a, na data do cálculo, 10% (dez por cento) do EBTIDA dos Últimos 12 Meses consolidado da Emissora (conforme definido e calculado nos termos do item (xxi) desta Cláusula 6.1).

"Valor de Contribuição" significa, para cada marca ou participação societária, o valor em Reais da contribuição, na data do cálculo, de tal marca ou participação societária ao EBTIDA dos Últimos 12 (doze) Meses consolidado da Emissora.

"Valor de Contribuição Atualizado" significa, para cada Valor de Contribuição, o respectivo Valor de Contribuição atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") desde a data da alienação, transferência, cessão ou constituição de ônus ou gravames sobre a(s) marca(s) ou participação(ões) societária(s) em questão até a data do cálculo.

DUCESP
30 00 14

"Somatória dos Valores de Contribuição" significa a somatória de cada um e todos os Valores de Contribuição.

"Somatória dos Valores de Contribuição Atualizados" significa a somatória de cada um e todos os Valores de Contribuição Atualizados.

- (vi) exceto se em decorrência da realização de oferta pública inicial de ações da Emissora, desde que as ações sejam admitidas à negociação em segmento diferenciado de governança corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, perda, a qualquer outro título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD e representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Para os fins desta Cláusula 6.1 (vi), não será considerada perda de controle societário da Emissora a substituição, como um dos acionistas controladores da Emissora, do Fundo de Investimentos em Participações – PCP por (i) outro fundo de investimento que tenha como administrador ou gestor, com poderes discricionários de decisão, a Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. ou qualquer outra sociedade controlada, sob controle comum ou que controle esta última ("Sociedade Vinci"); (ii) sociedade controlada, direta ou indiretamente, por fundo de investimento que tenha como administrador ou gestor, com poderes discricionários de decisão, qualquer Sociedade Vinci; (iii) qualquer Sociedade Vinci; ou (iv) em razão de eventual liquidação do Fundo de Investimentos em Participações – PCP com a consequente participação dos cotistas do referido fundo diretamente (ou por meio de outro veículo) na Emissora, observado que em qualquer hipótese acima será preservado o poder de controle direto ou indireto atualmente exercido pela Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. em relação à Emissora;
- (vii) redução do capital social da Emissora, exceto se tal redução de capital for: (a) realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; (b) previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, §3º da Lei das Sociedades por Ações; ou (c) em decorrência do exercício do direito de recesso, dentro do prazo legal, por parte de acionistas minoritários numa eventual aquisição feita pela Emissora nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) aprovação ou realização de quaisquer operações de cisão, incorporação (incluindo incorporação por ações), fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora (incluindo transferência de marcas para fins de reorganização societária) sem a aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em AGD e representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação exceto: (i) se entre a Emissora e controladas, desde que não resulte na cisão, extinção ou incorporação da Emissora (ou procedimento societário cujo resultado seja análogo); ou (ii) se entre controladas entre si;
- (ix) alteração ou modificação do objeto social da Emissora que possa alterar o ramo de negócios atualmente explorado por estas, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD e representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (x) o pagamento pela Emissora de juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra forma de

REC 257
25 09 14

participação no lucro estatutariamente prevista e/ou qualquer forma de remuneração aos acionistas da Emissora que, no momento da deliberação para o seu respectivo pagamento, ultrapasse o valor do dividendo mínimo obrigatório estabelecido por lei ou por seu Estatuto Social em vigor na Data de Emissão das Debêntures, única e exclusivamente nos casos em que a Emissora estiver em mora com as obrigações objeto desta Escritura;

- (xi) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações, exceto o fechamento de capital da Emissora, desde que ela se mantenha como sociedade por ações e divulgue trimestralmente suas informações financeiras trimestrais, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes;
- (xii) a Emissora e/ou quaisquer controladas sofrer(em) protestos de título(s) cujo valor agregado reclamado ultrapasse R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se o protesto (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que referido erro ou má-fé tenha sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data do protesto; ou (b) for cancelado ou garantido dentro do prazo legal;
- (xiii) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer sentença arbitral definitiva contra a Emissora e/ou controladas, em valor agregado igual ou superior a R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (xiv) (a) decretação de falência da Emissora e/ou quaisquer controladas; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou quaisquer controladas; (c) pedido de falência da Emissora e/ou quaisquer controladas, formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou quaisquer controladas, independentemente do deferimento, concessão e/ou homologação do respectivo pedido ou plano; (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, exceto se não caracterizar um Evento de Vencimento Antecipado nos termos do item (viii) desta Cláusula 6.1; e/ou (f) a ocorrência de qualquer procedimento análogo que venha substituir os listados neste item (xiv) que venha a ser criado por lei;
- (xv) rebaixamento pela Agência de *Rating* (conforme definida na Cláusula 7.1(m) da classificação de risco (*rating*) das Debêntures em 2 (duas) ou mais notas em relação à sua classificação de risco (*rating*) inicialmente atribuída no âmbito da Emissão;
- (xvi) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades das ações do capital social da Emissora e/ou controladas;
- (xvii) quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Colocação ("Documentos da Emissão") provem-se falsas ou revelem-se incorretas ou enganosas ou, ainda, sejam inconsistentes ou incompletas, em qualquer

JUCESP
25 09 14

caso, na data em que foram prestadas e em qualquer aspecto relevante;

- (xviii) os recursos obtidos com a Emissão sejam aplicados e/ou destinados de forma diversa à prevista na presente Escritura;
- (xix) cessão, promessa de cessão, transferência ou de qualquer outra forma de alienação de quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, exceto se: (i) previa e expressamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em AGD ou (ii) decorrer de operação societária que não constitua um evento de que cause o vencimento antecipado das Debêntures;
- (xx) não observância, pela Emissora, considerando suas demonstrações e/ou informações financeiras em bases consolidadas, por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 3 (três) trimestres alternados, dos seguintes limites e índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem acompanhados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento das respectivas demonstrações e/ou informações financeiras consolidadas divulgadas pela Emissora, elaboradas em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e auditadas e/ou objeto de revisão limitada por auditor independente registrado na CVM, bem como da memória de cálculo preparada pela Emissora com todas as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros em questão, sendo certo que a primeira verificação será realizada tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (inclusive), a segunda tendo como base as informações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao período de 3 (três) meses encerrado em 31 de março de 2015 (inclusive), e assim sucessivamente:
 - (a) a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses da Emissora não poderá ser superior a 3x (três vezes); e
 - (b) a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses da Emissora e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 2x (duas vezes).

Para os fins da presente Escritura, considera-se:

"Caixa e Aplicações Financeiras" o somatório do saldo em caixa e aplicações financeiras;

"Despesa Financeira Líquida" a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras, das quais deverão ser excluídos, para efeito de apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre o capital próprio e o resultado líquido de AVP (ajuste a valor presente) do contas a pagar e do contas a receber, sendo apurado em módulo se for negativo, e se for positivo, não será considerado para cálculo. Adicionalmente, para fins deste cálculo, serão excluídas da Despesa Financeira Líquida as despesas com emissão de boletos bancários de cobrança, comissão de cartão de crédito e demais tarifas bancárias, quando tais despesas estiverem contabilizadas no resultado financeiro da Emissora.

2018-09-14 15:09:14

"Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses" o somatório das Despesas Financeiras Líquida trimestrais consolidadas dos 4 (quatro) últimos trimestres;

"Dívida Bruta" o saldo de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, títulos e valores mobiliários representativos de dívida no mercado de capitais local e/ou internacional, dívidas tributárias (salvo dívidas tributárias oriundas de provisões já devidamente constituídas nas demonstrações e/ou informações financeiras consolidadas da Emissora), saldo a pagar de operações de derivativos (incluindo operações de hedge), antecipação de recebíveis com regresso à Emissora, dívidas relacionadas a aquisições, dívidas com partes relacionadas e o somatório dos avais, fianças, penhores e garantias prestadas a terceiros;

"Dívida Líquida" a Dívida Bruta deduzida do saldo de Caixa e Aplicações Financeiras;

"EBITDA" o somatório (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos o imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação, amortização e exaustão, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) das despesas não recorrentes ou não operacionais deduzidas das receitas não recorrentes ou não operacionais (incluindo, mas não se limitando a despesas informadas pela Emissora relacionadas com reestruturação de suas operações e sua atividade de fusões e aquisições, provisões para contingências e provisões para ajuste de variação de estoque); (v) do resultado líquido das contas operacionais de AVP (ajuste a valor presente), incluindo mas não se limitando a, do contas a pagar e do contas a receber; e (vi) das despesas não caixa relacionadas a remuneração por plano de opções de ações. Adicionalmente, para fins deste cálculo, serão incluídas as despesas com emissão de boletos bancários de cobrança, comissão de cartão de crédito e demais tarifas bancárias excluídas do cálculo da Despesa Financeira Líquida conforme indicado acima, quando tais despesas estiverem contabilizadas no resultado financeiro da Emissora; e

"EBITDA dos Últimos 12 Meses" o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos 4 (quatro) últimos trimestres.

Os índices e parâmetros financeiros descritos nesta Escritura serão apurados ao longo do prazo de vigência das Debêntures com base nas contas contábeis citadas nas respectivas definições e derivadas das demonstrações e/ou informações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, a serem preparadas trimestralmente com base nas práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) aplicáveis à Emissora na Data de Emissão, independentemente de qualquer alteração posterior.

6.1.1. Os valores mencionados nos itens (iii), (iv), (xii) e (xiii) acima serão reajustados ou corrigidos anualmente pelo IGP-M, ou índice que vier a substituí-lo.

6.1.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenham conhecimento de qualquer dos eventos descritos na Cláusula 6.1 acima, comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

6.1.3. Para fins de apuração da conversão em outras moedas dos valores definidos nos subitens da Cláusula 6.1 acima, utilizar-se-á a taxa de fechamento de venda de Dólar dos Estados Unidos da

JUL 27 14
25 09 14

América - PTAX, conforme divulgada na página do Banco Central do Brasil na internet – www.bcb.gov.br/?txcambio, na opção “Cotações e Boletins” e “Cotações de Fechamento de uma Moeda em um Período”, aplicável ao dia da decretação do vencimento antecipado, do inadimplemento, da realização do protesto, da citação ou da prolação da decisão ou sentença judicial ou arbitral, ou, em se tratando de outras moedas, a taxa divulgada de forma equivalente pelo Banco Central do Brasil.

6.2. Na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos itens (i), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv) e (xix) da Cláusula 6.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de AGD (exceto conforme esteja previsto nos próprios itens anteriormente identificados) e/ou aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.3. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima não listados na Cláusula 6.2 acima o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência da sua ocorrência, AGD para deliberar sobre eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado nessas hipóteses não será declarado se, em referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação deliberarem pela não decretação do vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora.

6.3.1. Na hipótese de não instalação da AGD mencionada na cláusula 6.3 por falta de quorum em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 6.1 acima.

6.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios aqui previstos (exceto no caso do evento previsto no item (i) da Cláusula 6.1, caso em que os encargos moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). Caso o pagamento referido nesta Cláusula 6.3 seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.4.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.3 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações aqui estabelecidas, a Emissora assume as seguintes obrigações:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, todas as informações que lhe tenham sido razoavelmente solicitadas, por

- 2

social, necessários à realização do relatório anual previsto no artigo 12 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xv) da Cláusula 8.4.1 desta Escritura:

- (h) quando aplicáveis, cumprir com todas as determinações emanadas da CVM e/ou CETIP, com o envio de documentos;
- (i) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis após a ciência ou recebimento da solicitação feita pelo Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro;
- (j) encaminhar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 6.1, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis após a ciência de sua ocorrência;
- (k) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida, relacionada a um evento de inadimplemento das obrigações assumidas nesta Escritura, em prazo não superior a 5 (cinco) Dias Úteis após o seu recebimento;
- (l) contratar agência classificadora de risco de renome internacional, necessariamente a Fitch Ratings, Moodys ou Standard & Poor's, para atribuir classificação de risco na modalidade *rating* às Debêntures ("Agência de Rating"), obrigando-se a: (i) manter a Agência de *Rating* contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures para que esta divulgue relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures com periodicidade, no mínimo, anual e mantenha atualizada, enquanto houver Debêntures em Circulação, a classificação de risco (*rating*) que venha a ser atribuída às Debêntures; (ii) permitir que a Agência de *Rating* divulgue relatório ou súmula de classificação de risco (*rating*) das Debêntures e suas respectivas atualizações em até 5 (cinco) Dias Úteis para o Agente Fiduciário; e (iii) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco (*rating*) atribuída às Debêntures. Na hipótese de destituição ou renúncia da Agência de *Rating*, a Emissora deverá (i) contratar qualquer outra das Agências de *Rating* sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário; ou, caso não seja contratada uma das outras Agências de *Rating*, (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar AGD para a escolha de nova agência classificadora de risco, AGD esta que deverá ser realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar;
- (m) manter as Debêntures registradas para negociação no CETIP21 durante todo o prazo de vigência das Debêntures;
- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas razoável e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos

JUCESP

25 09 14

Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, respeitado o disposto nos itens 8.6.11, 8.6.12, 8.6.13, 8.6.14 e 8.6.15;

- (p) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura e de eventuais Aditamentos, devidamente arquivadas na JUCESP em até 5 (cinco) Dias Úteis após o referido arquivamento na JUCESP;
- (q) fornecer ao Agente Fiduciário, anualmente, declaração assinada pelo Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura; (ii) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado; (iii) a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário, especialmente com relação aos índices financeiros, com demonstrativo contendo descrição das rubricas e dos cálculos contemplados na Cláusula 6.1; e (iv) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- (r) manter, em adequado funcionamento, sua diretoria de relação com investidores ou outro órgão para atender os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (s) convocar, nos termos desta Escritura, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (t) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (u) não realizar operações com Partes Relacionadas a taxas e condições significativamente distintas daquelas que seriam observadas em operações de mesma natureza caso realizadas com terceiros não Partes Relacionadas, exceção com relação à emissão de bônus de subscrição e mútuos *intercompany* que não deverão resultar em um Efeito Material Adverso (conforme definido na Cláusula 10.1.2). Para os fins deste item, "Partes Relacionadas" significa: (a) os acionistas ou sócios da Emissora ou suas subsidiárias; (b) todas e quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladoras de, controladas por ou coligadas a qualquer acionista ou sócio da Emissora ou suas subsidiárias; (c) o administrador da Emissora, suas subsidiárias ou suas controladas ou coligadas; (d) o cônjuge ou parente até o terceiro grau de qualquer acionista, sócio ou administrador da Emissora ou suas subsidiárias; ou (e) qualquer pessoa jurídica que seja controlada, direta ou indiretamente, por qualquer acionista, sócio ou administrador da Emissora ou suas subsidiárias ou seus respectivos cônjuges ou referidos parentes;
- (v) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, conforme aplicável, que: (i) impossibilite ou dificulte o cumprimento pela Emissora de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras

DUCESP
25 03 14

fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

- (w) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, salvo: (i) nos casos em que a Emissora esteja discutindo de boa fé a aplicabilidade da lei, regra, regulamento ou ordem nas esferas administrativa ou judicial; e/ou (ii) na medida em que o descumprimento dessas leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis não resulte em um impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou de suas controladas;
- (x) cumprir a legislação ambiental e trabalhista em vigor, salvo: (i) nos casos em que a Emissora esteja discutindo de boa fé o cumprimento de tal legislação nas esferas administrativa ou judicial; e/ou (ii) na medida em que o descumprimento dessa legislação não resulte em um impacto adverso relevante para as atividades da Emissora. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto: (i) em relação àquelas diligências e/ou determinações que a Emissora esteja discutindo de boa fé nas esferas administrativa ou judicial; e/ou (ii) na medida em que o não procedimento dessas diligências e/ou não atendimento de determinações não resulte em um impacto adverso relevante para as atividades da Emissora;
- (y) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável; e
- (z) manter, e fazer com que as controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, que sejam relevantes para suas respectivas atividades e que sua ausência não afete negativamente a capacidade de pagamento das Debêntures pela Emissora.

7.2. Além das obrigações gerais acima descritas, são obrigações específicas da Emissora, nos termos da ICVM 476, incluindo, mas não limitadas ao artigo 17 da ICVM 476:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM, e publicá-las nos termos da legislação aplicável;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

JUCESP
25 08 14

- (d) manter os documentos mencionados no inciso (c) em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Agente Fiduciário;
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (h) cumprir com o disposto no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores ("Instrução CVM 400"), com exceção do inciso III; e
- (i) não realizar qualquer outra emissão de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. NOMEAÇÃO

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora.

8.2. DECLARAÇÃO

8.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;

JUCESP
25 09 14

- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora;
- (xii) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora e/ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28; e
- (xiii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.

8.2.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

8.3. SUBSTITUIÇÃO

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.7 desta Escritura.

8.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à

Emissora, para que esta comunique aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

8.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

8.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

8.4. DEVERES

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (v) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, considerando o disposto na Cláusula 8.6.5 desta Escritura; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;

JUCESP
25 09 14

- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, contudo não é obrigado a atestar a veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 2.1.1 desta Escritura;
- (xiii) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

JUCESP
25 09 14

- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (xv) colocar o relatório de que trata a alínea (xiv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede dos Coordenadores.
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis e/ou

obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma desta Escritura, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xix) disponibilizar o preço unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (xx) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (xxi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente de forma parcial, se for o caso;
- (xxii) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- (xxiii) acompanhar, em conjunto com a Emissora, o valor da Remuneração das Debêntures e divulgá-los aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

8.5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

8.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.5.1 (i) a (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no inciso (iv) acima.

QUILAS
25 08 14

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou dos termos previstos nesta Escritura.

8.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura, somente serão válidas, mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD.

8.5.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos índices e limites financeiros.

8.6. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

8.6.2. Na hipótese de ocorrer aquisição facultativa, Oferta de Resgate Antecipado total ou vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme previstos nesta Escritura, antes da Data de Vencimento, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora, se assim recepcionar desta última notificação acerca da cobrança do referido valor.

8.6.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário, sendo o comprovante do depósito considerado, para todos os fins de direito, como suficiente instrumento de quitação do pagamento.

8.6.4. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 8.6.1 desta Escritura será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 8.6.1 desta Escritura, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

8.6.5. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

8.6.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

8.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

8.6.9. A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

8.6.10. A remuneração descrita na Cláusula 8.6.1 desta Escritura será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

8.6.11. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que atendido o disposto nos itens 8.6.13, 8.6.14 e 8.6.15.

8.6.12. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a comprovadamente incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, exceto quando não for possível aguardar pela aprovação em virtude da urgência da medida a ser tomada, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, desde que razoavelmente incorridas, ressarcidas pela

DUPLICATA
30.03.14

Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário e quaisquer outras despesas decorrentes da atuação deste, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

8.6.13. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 8.6.11 desta Escritura será efetuado em até 20 (vinte) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora, sendo que a realização de qualquer despesa individual de valor superior a R\$1.000,00 (um mil reais), ou no agregado superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais), devem ser sempre comunicadas à Emissora, mesmo que não seja possível solicitar a aprovação prévia da Emissora, conforme disposto no item 8.6.14.

8.6.14. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação da Emissora, exceto quando não for possível aguardar pela aprovação da Emissora em virtude da urgência da medida a ser tomada, quais sejam: publicações em geral, custos incorridos em contatos telefônicos comprovadamente relacionados à Emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

8.6.15. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas mencionadas nas Cláusulas acima reembolsadas, caso não tenham sido previamente aprovadas pela Emissora e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA IX

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. REGRA GERAL

9.1.1. À Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.2. CONVOCAÇÃO

9.2.1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.3.2, ou pela CVM.

SUCESP
25 09 14

9.2.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura. Independentemente das formalidades legais previstas, será considerada regular a assembleia a que comparecerem todos os Debenturistas.

9.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

9.2.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.3.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

9.3. QUORUM DE INSTALAÇÃO

9.3.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.3.2. Para efeitos de quórum de assembleia da presente Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela ou coligadas da Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) e sociedades sob controle comum da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.4. MESA DIRETORA

9.4.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.5. QUORUM DE DELIBERAÇÃO

9.5.1. Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação.

9.5.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

2018
25 09 14

9.5.3. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas nesta Escritura, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (vi) modificação dos quora de deliberação estabelecidos nesta Cláusula; (vii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula VII desta Escritura; (viii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula VIII desta Escritura; ou (ix) alterações nos procedimentos aplicáveis às AGDs, estabelecidas nesta Cláusula IX desta Escritura.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas, na data de assinatura da Escritura, que:

- (a) a Emissora é empresa devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, com registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) cada uma das controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e capacidade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (c) a celebração dos Documentos da Emissão e o cumprimento de suas obrigações pela Emissora não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida por ela ou suas controladas;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) os Documentos da Emissão constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) a celebração dos Documentos da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora e suas controladas sejam parte nem resultarão em: (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e suas controladas;

- BUEBAP
25 03 14
- (g) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, e não ocorreu e não está existente qualquer hipótese de vencimento antecipado;
- (h) estão devidamente autorizadas a celebrar os Documentos da Emissão e a cumprir com suas respectivas obrigações, e obtiveram todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios e estatutários necessários para tanto;
- (i) as obrigações da Emissora nos termos dos Documentos da Emissão constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas com relação a todas as demais dívidas e obrigações da Emissora, ressalvados os privilégios ou preferências estabelecidas por lei;
- (j) a Emissora e as controladas declararam e pagaram todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, exceto: (i) quando o não pagamento não acarretaria um Efeito Material Adverso; e/ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora e suas controladas, conforme o caso, tenham feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (k) a Emissora e as controladas cumprem com todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto: (i) com relação àquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados; e/ou (ii) na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não resulte em um impacto adverso relevante para as suas atividades;
- (l) a Emissora e as controladas cumprem com as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, incluindo, sem limitar, ambientais, exceto: (i) com relação àquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados; e/ou (ii) na medida em que o descumprimento dessas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais não resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades;
- (m) a Emissora e as controladas, nesta data e, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso: (i) detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; e (ii) estão observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possam estar obrigados;

JUCESP
25 09 14

- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio de boa-fé;
- (o) a Emissora e as controladas estão observando e cumprindo seus respectivos estatutos sociais e o cumprimento de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão e da emissão das Debêntures não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (p) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, de propriedade intelectual ou ambientais contra Emissora e suas controladas, que poderia, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso, exceto aquelas que estão sendo contestadas de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados;
- (q) Emissora e suas controladas mantêm cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que estão engajadas;
- (r) Emissora e as controladas mantêm um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da sua administração; (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações e informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade dos seus ativos; (iii) o acesso aos seus ativos seja permitido apenas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração; e (iv) os ativos registrados na suas contabilidades comparados com os ativos existentes em intervalos razoáveis de tempo e as medidas apropriadas sejam tomadas em relação a quaisquer diferenças; exceto onde a não manutenção de um sistema de controle interno de contabilidade não possa resultar em um Efeito Material Adverso;
- (s) a Emissora e/ou as controladas possuem e/ou detêm, no Brasil, o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, software e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-los a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (t) todas as informações prestadas pela Emissora até a data de celebração desta Escritura são corretas, suficientes, verdadeiras e precisas em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam incorretas, insuficientes, enganosas ou imprecisas;
- (u) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao período de 12 (doze) meses encerrado em 31 de dezembro de 2013, auditadas pela Deloitte, Touche Tohmatsu

210654
25 09 14

Audidores Independentes, e as informações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao período de 6 (seis) meses encerrado em 30 de junho de 2014, objeto de revisão limitada pela Ernst & Young Auditores Independentes, são verdadeiras, suficientes, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas e refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período;

- (v) as demonstrações e informações financeiras da Emissora acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações e/ou informações financeiras mais recentes, não houve nenhum fato que pudesse causar um Efeito Material Adverso à Emissora e controladas;
- (w) cumpre ou faz cumprir, por si, suas afiliadas, ou eventuais subcontratados, as normas que lhe forem aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem o integral cumprimento de tais normas; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais que venham a se relacionar com o Agente Fiduciário previamente ao início de sua atuação no âmbito da Emissão; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, do Agente Fiduciário; (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas e que se relacione à Emissão, deverá comunicar imediatamente o Agente Fiduciário, que poderão tomar as providências que entenderem necessárias, não obstante a obrigação de não divulgarem a comunicação realizada pela Emissora a qualquer terceiro; e (v) realizar eventuais pagamentos devidos ao Agente Fiduciário relacionados à Emissão exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque; e
- (x) a Emissora não possui qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição.

10.1.1. A Emissora compromete-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

10.1.2. Para fins desta Escritura, "Efeito Material Adverso" significa qualquer circunstância ou fato, que modifique adversa e negativamente a condição econômico-financeira, nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora, inviabilizando sua capacidade de cumprir com suas obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão e da emissão das Debêntures.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura

2008
25 09 14

deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

Inbrands S.A.
Rua Coronel Luis Barroso, 151, Bairro Santo Amaro
CEP 04750-030 – São Paulo, SP
At.: Srs. Rafael Grisolia ou Daniel Carneiro
Tel.: + 55 (11) 2186-9000
Fax: + 55 (11) 2186-9037
E-mails: rafael.grisolia@inbrands.com.br/ daniel.carneiro@inbrands.com.br/
juridico.corporativo@inbrands.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários
Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304
CEP 22.640-102 – Rio de Janeiro – RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: + 55 (21) 3385-4565
Fax: + 55 (21) 3385-4046
E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal
CEP 03084-010 – São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Tel.: + 55 (11) 2797-4204
Fax: + 55 (11) 2797-3140
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Tel.: + 55 (11) 2797-4204
Fax: + 55 (11) 2797-3140
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

30033P
25 09 14

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Avenida República do Chile, 230, 11º andar
CEP 20031-170 – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: + 55 (21) 2276-7474
Fax: + 55 (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar
CEP 01452-001 – São Paulo, SP
Tel.: + 55 (11) 3111-1596
Fax: + 55 (11) 3115-1564

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

11.1.4. A mudança do endereço da Emissora, bem como a mudança de qualquer outro endereço das demais Partes indicadas na Cláusula 11.1 (neste caso, desde que a Emissora seja informada previamente por tal Parte por escrito), deverá ser comunicada às demais Partes que não a Parte que teve seu endereço alterado.

11.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das Partes aqui contratadas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro dos documentos da operação e seus eventuais Aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que,

JUCESP
25 09 14

independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 17 de setembro de 2014.

*(REstante da página intencionalmente deixado em branco,
páginas de assinaturas a seguir)*

DUCESP
25 02 15

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Inbrands S.A.)

INBRANDS S.A.


Nome: _____
Cargo: Rafael Salvador Grisolia
Diretor Administrativo e Financeiro
e de Relação com Investidores


Nome: Cesar Roxo
Cargo: Diretoria de Supply Chain
Inbrands



31/03/2014
25 09 14

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Inbrands S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rosane Basilio

Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

2

JUCESP
25 09 14

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Inbrands S.A.)

TESTEMUNHAS

1. Fernanda M Silva

Nome:

RG/Órgão Expedidor:

Fernanda Silva
RG: 28.569.558-7 SSP/SP
CPF: 283.839.718-42

2. Rosa Maria S. Milhardo

Nome:

RG/Órgão Expedidor:

Rosa Maria S. Milhardo
RG: 17.460.055 SSP/SP
CPF: 086.141.388-14

